IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO:
LIMITES E CAMINHOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Vitor Hugo Mota de Menezes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO
2020

IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO:
LIMITES E CAMINHOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Interinstitucional em Direito do Estado da Universidade de São Paulo e Centro Universitário CIESA para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Hugo Mota de Menezes

Nível: Mestrado

Área de Concentração: Direito do Estado

SÃO PAULO
2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Assinatura: _____ Data ____/____/____

Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Faculdade de Direito da USP
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Campagnolli, Igor de Carvalho Leal Direito Fundamental à razoável duração do processo: limites e caminhos ; Igor de Carvalho Leal Campagnolli ; orientador Vitor Hugo Mota de Menezes - - São Paulo, 2020.

130 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Direitos Fundamentais. 2. Razoável duração do processo. 3. Efetividade. 4. Cooperação. I. Menezes, Vitor Hugo Mota de, orient. II. Título.

Nome: Igor de Carvalho Leal Campagnolli

Título: Direito Fundamental à razoável duração do processo: Limites e Caminhos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Para Ivan e Irleda, meus pais, pelos bons exemplos.

Para Juliana, minha esposa, pelo incentivo constante, compreensão e companheirismo.

Para João Guilherme, meu filho, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Deus, por conduzir minha vida segundo a vontade Dele e me permitir realizar este sonho.

Agradeço ao Professor Vitor Hugo Mota de Menezes, por me aceitar como seu orientando e pelas valiosas contribuições ao longo desta jornada.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram com sugestões e soluções que tornaram possível a realização deste trabalho.

"[...] justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juizes tardinheiros são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente."¹(Trecho do discurso de paraninfo "Oração aos Moços")

CAMPAGNOLLI, Igor de Carvalho Leal. *Direito Fundamental à razoável duração do processo: limites e caminhos*. 2020. 132 f. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

O direito fundamental à razoável duração do processo passou a ser reconhecido de modo expresso no ordenamento jurídico brasileiro a partir da emenda constitucional 45, com a inclusão do artigo 5, LXXVIII. Pretende-se demonstrar os antecedentes históricos no sistema da *common law* e da *civil law*, a partir do enfoque dos principais documentos e cartas de direitos produzidas ao longo da história, relacionando o tempo e o processo. A partir deste panorama inicial descrever a natureza jurídica do mencionado direito fundamental, qual o regime jurídico aplicável e quem são os destinatários da norma. Busca ainda estabelecer as principais causas para a dilação indevida do processo e os limites, assim entendidos os contornos e critérios para estabelecer se houve ou não violação da razoável duração do processo em determinado caso concreto. Busca-se ainda a apresentação caminhos e soluções para o aperfeiçoamento do sistema processual brasileiro a partir de experiências já realizadas, bem como de sugestões de definições concretas para que o operador do direito defina se houve ou não violação do direito. Sabe-se que o reconhecimento do direito sem a efetividade da decisão não representa um processo justo. A partir de tais premissas, não há como se definir um caminho definitivo para solucionar um problema sistemático e endêmico como a violação a razoável duração do processo. Somente a partir do fomento à resolução de conflitos por meios alternativos como conciliação e mediação, assim como a melhor distribuição da força de trabalho no judiciário, melhoria nos meios de controle para evitar que os envolvidos na relação processual tumultuem o andamento do feito, sob pena de indenização emergem como tentativas para atribuir efetividade ao direito transcrito no artigo 5, LXXVIII, da Constituição da República.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais. Razoável duração do processo. Efetividade. Cooperação.

CAMPAGNOLLI, Igor de Carvalho Leal. *Fundamental Right to the reasonable length of the process: limits and paths*. 2020. 132 pages Master – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The fundamental right to the reasonable duration of the process became explicitly recognized in the Brazilian legal system after the constitutional amendment 45, with the inclusion of article 5, LXXVIII. It is intended to demonstrate the historical background in the common law and civil law system, from the focus of the main documents and letters of rights produced throughout history, relating the time and the process. From this initial outline to describe the legal nature of the aforementioned fundamental right, which legal regime applies and who are the recipients of the norm. It also seeks to establish the main causes for undue delay of the process and the limits, thus understood the contours and criteria to establish whether or not there was violation of the reasonable duration of the process in a particular case. Seeks ways and solutions are presented for the improvement of the Brazilian procedural system based on experiences already made, as well as suggestions for concrete definitions for the legal operator to define whether or not there has been a violation of the law. It is known that the recognition of the right without the effectiveness of the decision does not represent a fair process. From these premises, there is no way to define a definitive way to solve a systematic and endemic problem such as violation of the reasonable duration of the process. Only from the promotion of conflict resolution by alternative means such as conciliation and mediation, as well as better distribution of the workforce in the judiciary, improvement in the means of control to prevent those involved in the procedural relationship from disturbing the progress of the feat, under penalty of indemnity emerge as attempts to assign effectiveness to the right transcribed in Article 5, LXXVIII, of the Constitution of the Republic.

KEYWORDS: Fundamental rights. Reasonable length of process. Effectiveness. Cooperation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO 1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	19
1.1 Breve Histórico da consolidação dos direitos fundamentais.....	19
1.2 Direito fundamental à razoável duração do processo nos principais documentos históricos de reconhecimento de direitos.....	23
1.2.1 Histórico do direito fundamental à razoável duração do processo no direito inglês.....	24
1.2.2 Histórico do direito fundamental à razoável duração do processo no direito norte americano.....	29
1.2.3 Os direitos fundamentais nas principais Declarações de Direitos Humanos na Europa.....	31
1.2.4 Pacto de São José da Costa Rica.....	35
1.3 Antecedentes históricos no Brasil acerca da razoável duração do processo.....	40
 CAPÍTULO 2 NATUREZA JURÍDICA.....	43
2.1 Princípio ou regra?.....	43
2.2 Direito ou Garantia Fundamental?.....	46
2.3 Razoável duração ou celeridade?.....	47
2.4 Eficácia Jurídica da norma.....	49
2.5 Cláusula geral.....	52
2.6 Destinatários da norma.....	54
2.6.1 Poder Legislativo.....	56
2.6.2 Poder Judiciário.....	60
2.6.3 Poder Executivo.....	65
2.6.4 Funções essenciais à justiça.....	68
2.6.5 As partes processuais.....	70
2.7 Eficácia Horizontal do Direito à razoável duração do processo.....	71

CAPÍTULO 3 – PRINCIPAIS CAUSAS PARA AS DILAÇÕES DO TEMPO NO PROCESSO E CRITÉRIOS PARA O PREENCHIMENTO DO CONCEITO ABERTO DE RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....74

3.1 Principais causas para a dilação do tempo no processo.....	75
3.1.1 Cultura de litigiosidade no Brasil.....	75
3.1.2 Estrutura Judiciária heterogênea.....	79
3.1.3 A contribuição do Estado para o congestionamento da Justiça.....	80
3.1.4 Aspectos econômicos: Gratuidade da justiça e honorários advocatícios.....	82
3.2 Limites: Critérios para o preenchimento do conceito aberto de razoável duração do processo.....	86
3.2.1 Evolução dos critérios de definição da razoável duração do processo.....	86
3.2.2 Caso Wemhoff – Os sete critérios para aferição da razoável duração do processo.....	87
3.2.3 Complexidade da Causa.....	91
3.2.4 Comportamento das partes.....	92
3.2.5 Conduta das autoridades judiciais.....	93
3.2.6 Critério da relevância do direito reclamado em Juízo para a vida do litigante prejudicado pela duração excessiva do processo – Critério da <i>posta in gioco</i>	94
3.3 Insuficiência dos critérios no Brasil? A flexibilização de prazos para a prática de atos processuais que assegure efetivamente o direito ao contraditório e à ampla defesa e atuação colaborativa das partes.....	96

CAPÍTULO 4 – PERSPECTIVAS DE UM PROCESSO QUE RESPEITE A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....98

4.1 Breve análise do paradigma italiano.....	99
4.2 Meios de controle da violação à razoável duração do processo e responsabilização dos agentes violadores.....	103
4.3 Meios alternativos de resolução de conflito.....	110
4.4 Política nacional de atenção ao primeiro grau de jurisdição.....	113
4.5 Prazos fixos de duração do processo.....	114
4.6 Velocidade ideal do processo.....	116

CONCLUSÃO.....120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
---------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A valoração sobre a percepção do tempo e do espaço é objeto que intriga diversos campos do conhecimento, como física, astronomia, sociologia, refletindo ainda em discussões no âmbito do Direito.

O estudo e a relevância da análise do tempo, remete aos gregos que em sua mitologia atribuíam a Chronos, Titã filho de Gaia e Urano, a divindade que controlava a eterna passagem do tempo.

Na física, Sir Isaac Newton, por exemplo, defendia o tempo como valor absoluto, enquanto séculos depois, Albert Einstein em sua teoria de relatividade restrita, entendeu o tempo como um valor variável.

Em outras palavras, no campo da física apresenta-se uma dualidade de referenciais: Por uma primeira interpretação, o tempo e o espaço seriam os mesmos para os diferentes observadores de um determinado fenômeno físico. Já sob outra interpretação, o tempo e espaço passariam a variar dependendo do estado de movimento dos observadores.

O exemplo clássico da última hipótese é aquele em que o astronauta realiza uma viagem espacial sob a velocidade da luz. Quando o viajante retornar à terra, as pessoas que lhe eram contemporâneas terão envelhecido, e para ele pouco tempo terá se passado.

Estes referenciais são importantes e aplicáveis em todas as ciências, inclusive no estudo sobre a influência do tempo no processo, tema do presente estudo.

A pertinência de tais informações se dá, mormente quando considerada a percepção da duração do processo em relação às partes de um litígio. Tome-se por exemplo, uma ação de disputa de guarda unilateral de uma criança de dois anos.

No hipotético exemplo, o tempo do processo terá diferentes níveis de percepção.

O primeiro prisma será daquele que se torna vencedor ao final do processo. Se a criança durante o tempo do processo estiver sob a guarda da parte adversa, a percepção do tempo ideal do processo será sempre de que a tramitação foi um tempo que lhe foi tirado, que poderia ter convivido com sua prole, ou seja, aos seus olhos será sempre uma duração indevida. Por outro lado, se a parte vencedora estiver com a guarda da criança o fenômeno temporal não será assimilado necessariamente como distúrbio indevido, mas como um inconveniente.

O segundo prisma será daquele que se torna perdedor ao final da lide. Caso esteja a parte perdedora com a guarda do infante durante a tramitação do processo em que finda perdedor, buscará uma duração esticada do processo, e entenderá qualquer tempo como insuficiente e injusto para demonstrar seu ponto de vista. Por outro lado, caso não esteja com a guarda, tenderá a tentar encurtar a duração do processo na esperança de sagrar-se vencedor.

O fato é que o tempo deixa marca indelével nas partes de um processo, e por isso a análise do tempo da duração processual não pode ser influenciada por paixões, devendo-se encontrar características objetivas que permitam identificar a partir da análise dos casos concretos se houve ou não dilação indevida.

A morosidade na condução de processos administrativos e judiciais não é fato novo e nem exclusivo do ordenamento jurídico brasileiro. Com efeito, movimentos buscando uma tramitação processual sem dilações indevidas, são detectáveis desde as primeiras cartas de reconhecimento de direito, solidificando-se no tempo e culminando na elevação ao plano de direito fundamental.

Para melhor compreensão do alcance e do sentido da norma que assegura a razoável duração do processo, é necessário realizar uma breve análise histórica que permita a análise dos principais documentos escritos em que se reconheceu a necessidade de se buscar um julgamento sem dilações indevidas tanto no plano externo, quanto no plano interno.

Em uma primeira análise destaca-se a necessária referência aos principais documentos ingleses de reconhecimento de direitos civis como a *Magna Carta*, *Petition of Rights*, *Habeas Corpus Amendment Act* e o *Bill of Rights*.

Muito embora a maior parte destes documentos tenha sido editado com o escopo principal de definir limites à atuação do soberano, é inegável sua contribuição para a consolidação de direitos de primeira geração, entendidos como aqueles que limitam a atuação estatal e celebram valores ligados à liberdade.

No direito americano importantes marcos a serem destacados para analisar a razoável duração do processo são a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia e a Constituição dos Estados Unidos da América que trouxeram em seu bojo uma relação de direitos civis importantes para a consolidação de direitos fundamentais, inclusive aqueles ligados ao *speedy trial*.

Desta forma, o direito inglês e americano estabeleceram diretrizes, por meio de documentos escritos, para assegurar o *speedy trial*, garantindo àqueles que estavam

sendo processados, notadamente nos processos criminais, um julgamento rápido. Esta base histórica é necessária para a análise da evolução do instituto no direito europeu.

Com efeito, o direito europeu continental agregou a noção de razoabilidade temporal à duração do processo. Neste sentido, vislumbra-se que a preocupação deixa de ser apenas um julgamento rápido, mas sim um julgamento que ocorra no exato tempo necessário para o respeito de todas as demais garantias fundamentais do homem em juízo.

Nesta fase se destacam como marcos para o direito fundamental à razoável duração do processo a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa e a Convenção Européia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, fruto dos movimentos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Ainda sob um viés histórico evolutivo, importante a análise do direito fundamental à razoável duração do processo no Brasil, tanto sob o prisma do Pacto de São José da Costa Rica e sua incorporação no ordenamento jurídico brasileiro, bem como pelo reconhecimento formal do direito fundamental a partir da Emenda Constitucional nº 45.

Como bem destaca Samuel Miranda Arruda²:

Ao longo de todo esse caminho evolutivo, o direito foi tendo sua estrutura profundamente modificada, até surgir com força e importância como um dos mais debatidos direitos fundamentais processuais da contemporaneidade, associado à garantia de acesso a uma justiça em crise crônica e identificado com a efetiva proteção jurídica que por meio de seus tribunais deve o Estado prestar.

Esta análise histórica não pode ser dissociada da noção de que o Brasil caminha para a consolidação do direito fundamental à razoável duração do processo, não apenas por conta do reconhecimento formal do direito fundamental à razoável duração do processo, no artigo 5º, LXXVIII da Constituição da República, ou mesmo pelo ratificação como princípio processual expresso nos art. 4º e 139, II do CPC, mas acima de tudo pelo movimento do legislador infraconstitucional em prover instrumentos concretos para atribuir máxima efetividade a esse direito fundamental.

² ARRUDA, Samuel Miranda – O direito fundamental à razoável duração do processo – 1ª Ed Brasília: Brasília Jurídica, 2006, p. 26.

Mas para a análise efetiva da razoável duração do processo é preciso ir além do viés histórico, torna-se fundamental traçar a natureza jurídica do instituto à luz de uma leitura constitucional do tema, a fim de promover o efetivo enquadramento da eficácia da norma jurídica em exame.

É necessário observar que o tempo é uma das diretrizes de um processo judicial justo, mas também possuem observação obrigatória o direito à ampla defesa, o exercício do contraditório e o direito de recorrer. Não se pode pretender obter uma tutela rápida sem ponderar a observância das demais normas constitucionais.

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos de Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco³, descrevem que:

(...) tudo toma *tempo* e o tempo é inimigo da efetividade da função pacificadora. A permanência de situações indefinidas constitui, como já foi dito, fator de angústia e infelicidade pessoal. O ideal seria a pronta solução dos conflitos, tão logo apresentados ao juiz. Mas como isso não é possível, eis aí a demora na solução dos conflitos como causa de enfraquecimento do sistema.

Desta forma, a demora do processo consubstanciada no cumprimento de outras garantias processuais, também é uma conquista histórica.

Portanto, faz-se imperiosa a análise da natureza jurídica relativa à razoável duração do processo, não apenas pelo caráter acadêmico em sistematizar e classificar o instituto perante o complexo ordenamento jurídico, mas principalmente pelo viés prático, para definir ao fim qual o regime jurídico aplicável à norma em análise.

Com efeito, verificar se a razoável duração do processo é princípio ou regra, direito ou garantia, ou ainda o grau da eficácia da norma, bem como os seus principais destinatários, constitui-se uma importante questão prática para solucionar pontos atinentes à aplicabilidade e exigibilidade na norma.

Importante aspecto a se considerar, refere-se a análise se a razoável duração do processo constitui-se como conceito jurídico indeterminado, e em caso positivo se existe ou não critérios que possam preencher o conteúdo do aludido direito fundamental. Este ponto tem especial relevância para garantir concretude à aplicação da norma, deixando-se de estudá-la num plano meramente teórico, e avançando sobre um prisma prático.

³ GRINOVER, Ada Pellegrini et alii – Teoria geral do processo, São Paulo: Malheiros, 26ª ed., 2010. p. 32

Deve-se investigar quem são os destinatários da norma que garante a razoável duração do processo, para a partir de então estabelecer as principais obrigações de cada responsável para garantir a efetividade da referida norma fundamental.

Com efeito, cabe a todos os Poderes sua parcela de contribuição para garantir efetividade ao direito razoável duração do processo. Neste ponto, deve-se investigar a extensão de tais obrigações, especialmente no que se refere a atuação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como seus reflexos diretos nas funções essenciais à justiça como na atuação do Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública e Privada.

Aliás, para que o tempo do processo seja melhor distribuído, não pode o hermeneuta limitar-se a esperar que todas as soluções sejam provenientes do Poder Judiciário. É certo que o Juízo exerce o principal de administrador do tempo do processo, mas um processo efetivamente cooperativo, demanda a participação de todos para um processo sem dilações indevidas.

Neste sentido, deve-se harmonizar a análise do comportamento das partes em conjunto com o do Estado-Juiz. Destaca-se o posicionamento de Maria Carolina Silveira Beraldo⁴:

Não se pode olvidar, portanto, que o comportamento dos litigantes deve ser analisado à luz do dever que têm as autoridades de dar regular andamento ao processo. A responsabilidade pela jurisdição é do Estado, ao juiz cabe a direção do processo. Assim, deve ser analisada, ao lado da atuação dos litigantes, a atuação do Estado-Juiz, seja no cumprimento do prazo em suas atividades típicas, seja na função de fiscalizar diuturnamente a prática dos atos processuais.

Procura-se, ainda, verificar a existência de um plano de eficácia horizontal do direito à razoável duração do processo, ou seja, se um processo sem dilações indevidas representa uma obrigação exclusivamente estatal ou caberia a aplicação de tal direito no âmbito das relações privadas, especialmente quando houver possibilidade concreta de prejuízo para uma das partes conflitantes.

É importante ainda a análise das principais causas e fatores que contribuem para a morosidade do sistema processual brasileiro, tanto no aspecto interno da eficiência do Poder Judiciário como no aspecto externo, como a responsabilidade dos demais agentes que compõe o sistema de funções essenciais à justiça.

⁴ BERALDO, Maria Carolina Silveira. *O comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo a razoável duração do processo*. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 128.

Neste particular, é preciso analisar o excesso de litigiosidade como aspecto cultural da sociedade brasileira e se tal fato repercute em eventual abuso do direito de ação, sem deixar de sopesar o direito a inafastabilidade da jurisdição garantido pelo artigo 5º, XXXV, da Constituição da República.

Ademais, a estrutura heterogênea do Poder Judiciário, com substanciais diferenças de natureza financeira, pessoal, tecnologia, estrutura física, implicam em níveis de prestação jurisdicional que se diferenciam simplesmente pelos obstáculos impostos pela distribuição inadequada e desigual de recursos. Estas desigualdades são verificadas tanto se forem consideradas as diferenças entre a justiça federal e estadual, quanto no âmbito interno de cada uma delas, entre as diferentes instâncias de jurisdição.

Importante avaliar a participação do Estado como um dos principais litigantes no âmbito do sistema judiciário, seja no polo ativo com a multiplicação de executivos fiscais, seja no polo passivo, com demandas, por exemplo, de natureza previdenciária e indenizatória, o que certamente contribui para o congestionamento de processos e por via oblíqua o atraso na prestação jurisdicional efetiva.

Ainda como causa da dilação indevida, destacam-se aspectos econômicos processuais como o sistema da assistência judiciária gratuita e a sistemática de honorários advocatícios que tem contribuído para uma preferência ao processo litigioso ao invés de outros meios de composição dos conflitos.

Avançando no preenchimento do conteúdo do direito em estudo, é fundamental traçar os limites de um direito fundamental à razoável duração do processo, ou em outras palavras, os critérios objetivos que permitem aferir se houve ou não violação do referido direito fundamental.

Neste ponto, para melhor compreensão dos limites da razoável duração do processo, é importante identificar o histórico do desenvolvimento dos critérios estabelecidos pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, delineados a partir do caso *Wemhoff v. Germany*⁵, bem como a consagração posterior dos três principais critérios,

⁵ *Caso Wemhof v. Germany (Application nº 122/64)*. : A aplicação em questão definiu inicialmente sete critérios para a análise da violação à razoável duração do processo, que posteriormente deram origem aos consagrados três critérios de definição: a) complexidade da causa; b) comportamento das partes; c) atuação do órgão jurisdicional. Disponível em: <http://jurnalul.ro/media/file/CASE%20OF%20WEMHOFF%20v_%20GERMANY.pdf>. Acesso em 24 JUN. 2017.

quais sejam: a) complexidade da causa; b) comportamento das partes; c) atuação do órgão jurisdicional.

A par destes critérios há outros que também merecem relevo como a atuação dos órgãos auxiliares da justiça, das funções essenciais à justiça e a relevância da causa com as peculiaridades do caso concreto.

Finalmente, busca-se apontar caminhos consolidados ou não que permitam uma prestação jurisdicional efetiva, que leve em conta o tempo de tramitação do processo em todas as instâncias, incluindo a atividade satisfativa, como bem descreveu o legislador ao redigir o art. 4º do Código de Processo Civil⁶.

⁶ BRASIL. *Código de Processo Civil, de 16 de março de 2015*. Prevê o art. 4º que “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 18 JUN. 2017

CONCLUSÃO

O Direito fundamental à razoável duração do processo não é um fim em si mesmo, representa o direito que todo cidadão possui de ser julgado sob o manto de um processo justo, independentemente do resultado do processo lhe ser favorável ou não.

A partir de uma leitura histórica deste direito fundamental, lastreada nos principais documentos de direitos fundamentais, é possível estabelecer com segurança que a problemática da dilação indevida nos processos não é exclusividade dos tempos modernos.

Ao contrário, a cada época, a cada tempo, houve a necessidade de limitar o poder de julgar do Estado, impondo limites e contornos para que o julgamento ocorresse de forma tempestiva.

Neste ponto, a grande contribuição do direito anglo-saxão no âmbito do *speedy trial* foi justamente a fixação de um prazo determinado para que o cidadão fosse trazido à Autoridade, bem como que tivesse seu julgamento proferido. Esta noção trouxe especial repercussão no direito penal, especialmente como antecedente histórico da audiência de custódia.

A noção de razoabilidade incorporada a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, impôs o reconhecimento de um novo patamar, principalmente de que o julgamento não deve ser simplesmente rápido, mas deve levar o tempo suficiente para condução de um processo que harmonize outros direitos fundamentais como o contraditório e a ampla defesa.

O Brasil, a despeito de reconhecimentos históricos em outros momentos, passa a incorporar de modo efetivo e expresso o direito à razoável duração do processo a partir da Emenda Constitucional nº 45 que adicionou o artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República

A partir de então, adotou-se de vez a noção de que a razoável duração do processo é um direito fundamental, cuja natureza de princípio se destaca, ante a necessária ponderação que deve ser feita em sua aplicação, ponderando com os demais direitos que implicam em um aumento natural do tempo do processo, como por exemplo o contraditório e a ampla defesa.

Ademais a construção normativa de cláusula aberta adotada pelo constituinte na enunciação do direito fundamental à razoável duração do processo, permite uma

maior fluidez da norma e uma capacidade de adaptação maior as modificações que se impõem com o tempo.

O grau de eficácia da norma constitucional é de eficácia plena, produzindo desde logo todos os seus efeitos, isto porque além de tratar-se de direito fundamental, deriva diretamente de outra norma de eficácia plena contida no direito fundamental ao devido processo legal.

Pode-se observar que a norma não se destina apenas ao Estado Juiz, ou ao Poder Judiciário, mas todos aqueles que participam de algum modo da cadeia processual. Impõe-se uma visão colaborativa do processo, mais afastada da visão inquisitorial clássica.

Neste específico contexto, advogados privados e públicos, defensores, promotores, servidores e as próprias partes devem demonstrar ao longo do processo, relação de boa-fé objetiva processual, com a finalidade de que o processo tenha seus marcos iniciais, de desenvolvimento e de conclusão muito bem definidos.

Também deve ser considerada a imposição de medidas pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, para assegurar meios de que seja respeitada a razoável duração do processo em seus procedimentos administrativos, mas sobretudo para garantir que o Poder Judiciário reúna condições de viabilizar um processo justo.

Outrossim, a obrigação também se estende aos particulares, diante da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, aplicáveis especialmente nos casos em que se impõe um procedimento específico que possa causar alteração da situação jurídica de uma pessoa física ou jurídica imposta por outro particular.

Quanto às causas para a dilação indevida no processo, estas variam de acordo com o espaço e tempo. No entanto, buscou-se selecionar como principais causas para a violação do direito fundamental em exame: a) A cultura de litigiosidade no Brasil; b) Estrutura judiciária heterogênea; c) A contribuição do Estado para o congestionamento da justiça; d) Aspectos econômicos – Gratuidade da justiça e Honorários advocatícios.

Tão relevante quanto identificar as principais causas, é buscar a delimitação do direitos fundamental a razoável duração do processo. Neste ponto, a partir da evolução histórica de julgados da Corte Europeia de Direitos Humanos, passou-se a adotar os seguintes critérios: a) Natureza e complexidade da causa; b) Comportamento das partes; c) Conduta das autoridades judiciais; d) Critério da relevância do direito.

Estes critérios demonstram-se insuficientes no Brasil. Há que se acrescentar a fixação de prazos flexíveis para a prática de atos processuais que assegure o efetivo direito ao contraditório e à ampla defesa, assim como o dever das partes de agir de acordo com o princípio da cooperação.

Vislumbram-se, ainda, algumas perspectivas de um processo que respeite a razoável duração do processo, caminhos para que se atribua a maior efetividade possível ao direito fundamental previsto no artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República.

A experiência italiana, com situação parecida com o nosso sistema jurídico, revelou que a mera indenização não é suficiente para garantir que o sistema funcione de modo correto, justo e tempestivo.

Neste sentido, a multiplicação de demandas indenizatórias em face do Estado, apenas iria encarecer o serviço da prestação jurisdicional, além de multiplicar o número de processos tramitando no Poder Judiciário.

Avançando, deve-se fortalecer os meios de controle da violação à razoável duração do processo, em especial a partir da responsabilização dos agentes violadores da norma, entendido como todo aquele que participa da relação processual e age de modo temerário, não cooperativo e contra a lealdade e boa-fé processual.

Neste cenário, o fomento de políticas públicas e judiciárias destinadas ao estímulo dos meios alternativos de resolução de conflitos, mostra-se como uma das portas de realização do conflito a partir do empoderamento das partes, com grau de satisfação ainda maior do que aquele com a atividade jurisdicional substitutiva imposta pelo Estado.

Deve-se destacar outrossim, que o estímulo à autocomposição deve se dar não apenas pelo Poder Judiciário, através de seus órgãos jurisdicionais, dos CEJUSCs e da justiça itinerante, mas também as Procuradorias Públicas, Defensorias Públicas e Ministério Público, devem da mesma forma se estruturar para fornecer instrumentos de mediação para os contribuintes, assistidos e partes, estimulando a realização de acordos pré processuais.

A Política Nacional de atenção prioritária ao primeiro grau também se mostra como um dos caminhos necessários para garantir que o jurisdicionado tenha na porta de entrada o caminho mais célere para a satisfação do direito material discutido.

A imposição de prazos fixos para a duração dos procedimentos, mostra-se como uma solução pontual e específica para poucos casos. A legislação brasileira,

acertadamente prefere dar prioridade em função da pessoa ou da natureza da causa discutida, como forma de garantir o cumprimento do direito fundamental à isonomia material.

Propôs-se ainda a elaboração de uma fórmula que fosse capaz de identificar a partir do caso concreto se houve ou não violação à razoável duração do processo. Neste contexto, ainda que não se trate de uma solução infalível ou definitiva, mostra-se como adequada para tentar revestir um conceito abstrato de contornos concretos aptos à munir o operador do direito de instrumento de identificação da violação à razoável duração do processo.

Por fim, a garantia ao direito fundamental à razoável duração do processo é um caminho formado por tentativas, acertos, erros, mas que sempre devem caminhar para garantir ao jurisdicionado um processo justo, onde seu direito de defesa possa ser exercido com a amplitude necessária, e que ao mesmo tempo consiga chegar ao seu término em um prazo razoável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Samuel Miranda. *O direito fundamental à razoável duração do processo*. 1ª Ed Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundametales*. Madrid. Centro de Estudios Constitucionales. 1993.

Assize of Clarendon. Documento disponível em: <<http://www.constitution.org/eng/assizcla.htm>>. Acesso em 14. JUN. 2017

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy e LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito ao Processo Penal no Prazo Razoável*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BADENI, Gregorio. *Tratado de derecho constitucional*. 2ª Ed. Buenos Aires: La Ley, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

BERALDO, Maria Carolina Silveira. *O comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo a razoável duração do processo*. São Paulo: Saraiva. 2013.

BODO, Pieroth, e SCHLINK, Bernhard. *Direitos fundamentais*. tradutores António Francisco de Sousa e António Franco. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2004

BRASIL. CONJURT ÍNDICE DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA IDJUS 2013. p. 50. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/idjus2013.pdf>. Acesso em 25, OUT, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução 194, de 26 de maio de 2014 – Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_194_2014.pdf>. Acesso em: 5 JUN. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Justiça em números 2018, ano base 2017*. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>>. Acesso em: 2 SET. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 213, de 15 de junho de 2017*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3059>>, Acesso em: 14. JUN. 2017.

BRASIL. *Código de Processo Civil, de 16 de março de 2015*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 18 JUN. 2017.

BRASIL. Código Civil, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 15 JAN. 2020.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 18 JUN. 2017

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 18 JUN. 2017

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 14 JAN. 2019.

BRASIL. *Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em 17 JAN. 2019.

BRASIL. *Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm>. Acesso em 19 JAN. 2019.

BRASIL. *Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009*. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12016.htm>. Acesso em 14 JAN. 2019.

BRASIL. *Lei 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm>. Acesso em 17 JAN. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *HC 350.280/CE*, Relator: Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 17 de novembro 2016, publicado no DJe de 24 de novembro 2016. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=66116113&num_registro=201600549555&data=20161124&tipo=51&formato=PDF. Acesso em 04 MAR. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial 1.383.776 (2013/0140568-8)*, Relator Ministro Og Fernandes. Segunda Turma. Julgamento em 6 de setembro de

2018. Disponível em <
https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=83924289&num_registro=201301405688&data=20180917&tipo=51&formato=PDF>. Acesso em: 2 FEV. 2019.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. *Institucional / Quadro de advogados*. Disponível em: <
<https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>>. Acesso em 17 JAN. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADI 5240*, Relator Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgamento em 20.8.2015, DJe de 1.2.2016. Disponível em <
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10167333>>. Acesso em: 17 JUN. 2017

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MI 670. Tribunal Pleno. Relator: Ministro Gilmar Mendes. Julgamento 25 OUT. 2007. Disponível em: <
<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28MI%24%2ESCLA%2E+E+670%2ENUME%2E%29+OU+%28MI%2EACMS%2E+ADJ2+670%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/bo9yodl>>. Acesso em 15 JAN. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *RE 466343*, Ministro Relator: Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgamento em 3.12.2008, Disponível em: <
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>>. Acesso em 17 JUN. 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Curso de processo penal: volume único*. Niterói: Impetus. 2013. p. 928

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie. Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988

CARDI, Nicola, VACCARELLA, Romano. *La responsabilità civile dello stato giudice*. Padova: Cedam-Casa Rditrice Dott. Antonio Milani, 1990.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 27ª ed. São Paulo. Atlas. 2014.

CÓDIGO DE HAMURABI. Disponível em <
<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>>. Acesso em 13 JAN. 2020.

CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso X v. França. Aplicação nº 18020/91*. Disponível em: < <http://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22itemid%22%3A%5B%22001-57801%22%5D%7D>>. Acesso em: 10 JUN. 2017.

CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Wemhof v. Germany (Application nº 122/64)*. Disponível em: <
http://jurnalul.ro/media/file/CASE%20OF%20WEMHOFF%20v_%20GERMANY.pdf>. Acesso em 24 JUN. de 2017.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS – *Overview 1959 – 2017* – disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Overview_19592017_ENG.pdf . Acesso em 09 SET. 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Ficha técnica: Ximenes Lopes Vs. Brasil*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/ficha_tecnica.cfm?nId_Ficha=319&lang=es>. Acesso em: 2 FEV. 2019.

Constituição dos Estados Unidos da América. Disponível em: <<https://www.billofrightsinstitute.org/founding-documents/bill-of-rights/>> . Acesso em 16 JUN 2017.

Convenção do Conselho da Europa para Salvaguarda dos Direitos dos Homens e das Liberdades Fundamentais. Texto extraído do endereço eletrônico disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf> . Acesso em: 17 JUN. 2017.

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Texto original retirado do endereço eletrônico da Comissão Interamericana de Direitos Humanos disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em 17 JUN. 2017

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em: <<http://www.ldh-france.org/section/auxerre/files/2010/12/LDH-D%C3%A9claration-des-droits-de-lhomme-et-du-citoyen-de-1789.pdf>>. Acesso em: 17 JUN. 2017

Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia. Disponível em: <http://www.constitution.org/bcp/virg_dor.htm>. Acesso em 18 JUN. 2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em 17 JUN. 2017

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 17ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

DINIZ, Maria Helena. *Norma constitucional e seus efeitos*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DONIZETTI, Elpídio. *Curso Didático de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 11ª ed. 2009.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução e notas BOEIRA, Nelson. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 38. ed., rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2012.

GOMES, Gustavo Gonçalves. *Juiz participativo: meio democrático de condução do processo*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Malheiros, 26ª ed., 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica. 2016.

Habeas Corpus Act. Disponível em: <<http://www.constitution.org/eng/habcorpa.htm>>. Acesso em 16 JUN. 2017

HART, H.L.A. O Conceito de Direito. Tradução A. Ribeiro Mendes. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2007

ISHIDA, Válder Kenji – *Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência*. 16ª ed. São Paulo: Atlas. 2015. p. 274.

ITÁLIA. *Legge 24 Marzo, 2001, n. 89*. Disponível em: <https://www.professionegiustizia.it/documenti/guide/legge_pinto_ragionevole_durata_del_processo>. Acesso em 3 SET. 2018.

ITALIA. Ministero della Giustizia. *Sentenza della Corte Europea dei Diritti dell'Uomo del 6 marzo 2012 - Ricorso n.23563/07 - Gagliano Giorgi c. Italia*. Presidente: Françoise Tulkens; Cancelliere: aggiunto: Françoise Ellens-Passos. 6 marzo 2012. Disponível em: <[https://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_20_1.page;jsessionid=MZXmf5KGp2EYT-ktutG3sfJR?facetNode_1=1_2\(2012\)&facetNode_2=0_8_1_11&facetNode_3=1_2\(201203\)&contentId=SDU744647&previousPage=mg_1_20](https://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_20_1.page;jsessionid=MZXmf5KGp2EYT-ktutG3sfJR?facetNode_1=1_2(2012)&facetNode_2=0_8_1_11&facetNode_3=1_2(201203)&contentId=SDU744647&previousPage=mg_1_20)>. Acesso em 14 JAN. 2019

ITÁLIA. *Senato. La Costituzione*. Disponível em: <http://www.senato.it/1025?sezione=135&articolo_numero_articolo=111>. Acesso em 12. JAN. 2019.

JOBIM, Marco Félix. *O direito à duração razoável duração do processo: responsabilidade civil do Estado em decorrência da intempestividade processual*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 100

Magna Charta inglesa. Disponível em: <<https://www.bl.uk/magna-carta/articles/magna-carta-english-translation#sthash.KRSSSR1t.dpuf>>. Acesso em 14 JUN 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil Volume 1 Teoria do Processo Civil*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional*. Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. 4ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENEZES, Vitor Hugo Mota de. *Direito à saúde e reserva do possível*. Curitiba: Juruá. 2015.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 16ª ed. São Paulo. Atlas, 2004.

NALINI, José Renato. *A Rebelião da Toga*. 3ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2015.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. 12ª ed. Ver., ampl. e atual. com as novas súmulas do STF (simples e vinculantes) e com o novo CPC (Lei 13.105/2015). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 7ª ed. Ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo : Método, 2015.

NICOLITT, André. *A duração razoável do processo*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NIGRO, Luigi; PROSPERI, Casimiro. *L'irragionevole durata dei processi – cause e rimedi per la violazione del diritto alla giustizia*. Forlì: Expert S.P.A., 2009, p. 41.

NOVELINO, Marcelo. *Manual de Direito Constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Método, 2014.

NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre; CÂMARA, Bernardo Ribeiro; SOARES, Carlos Henrique. *Curso de direito processual civil: fundamentação e aplicação*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 81.

RAMOS, Carlos Henrique. *Processo Civil e o Princípio da Duração Razoável do Processo*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil – Parte Geral*. 28ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ROMANO, Giovanni; PARROTTA, Domenico Antonio; LIZZA, Egidio. *Il diritto ad un giusto processo tra corte Interazionale e corte nazionali – l'equa riparazione dopo la legge Pinto*. Milano: A. Giuffrè, 2002.

ROQUE, André Vasconcelos. *A luta contra o tempo nos processos judiciais: um problema ainda em busca de uma solução*. In: ROCHA, Leonel Severo. *A constituição sociojurídica do tempo – Teoria do Direito e do Processo*. Curitiba: Juruá, 2012.

SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 8ª edição. São Paulo: Malheiros, 2015.